

O Papel da Comunicação Organizacional na Preservação Ambiental da Amazônia Brasileira: O Poder Multiplicador da Presença do Estado na Região¹

Lana D'Ávila CAMPANELLA²

Leonardo Martins de FREITAS³

Universidade Federal de Santa Maria, Frederico Westphalen, RS

RESUMO

A região amazônica é considerada uma das regiões mais ricas do planeta pela sua diversidade, recursos hídricos e matérias-primas - fatores geradores da cobiça internacional. Sua importância estratégica é resultado direto dessa riqueza natural e da sua dimensão continental. Desse modo, a Comunicação Organizacional exerce um papel relevante em relação às questões ambientais, desde a primária tarefa informativa às complexas atribuições de auxílio à fiscalização e controle. Igualmente, pode traduzir, informar e conscientizar a população sobre essa relevância fator essencial para a conscientização dos públicos envolvidos no processo gerenciado pelo Estado, uma vez que a educação ambiental e a conscientização para promoção do desenvolvimento sustentável torna-se fundamental para uma nova relação do ser humano com a Natureza. A fim de suprir a ausência do Estado, a Comunicação Organizacional representa um eficaz meio na preservação ambiental da região.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia; Comunicação Organizacional; Estado; Preservação.

A Amazônia tem servido de tema para inúmeros estudos e outras atividades científicas mas, também, de especulações catastróficas e de abordagens geopolíticas nada favoráveis à soberania dos países que a compartilham. A atenção internacional sempre existiu, porém, acentuou-se nas duas últimas décadas, tendo como justificativas o aquecimento global, as questões do meio ambiente e a ocorrência de ilícitos transnacionais, dentre outras. A região amazônica é considerada uma das regiões mais ricas do planeta e a sua importância estratégica, conseqüentemente, é resultado direto dessa riqueza natural e da sua dimensão continental. A sua biodiversidade, os recursos hídricos e as matérias-primas diversas, além do grande potencial mineral, naturalmente,

¹ Trabalho apresentado no GP Relações Públicas e Comunicação Organizacional, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Comunicação Social (PUCRS). Professora Adjunta do Curso de Relações Públicas Multimídia (UFSM/Cesnors), e-mail: lanacamp@terra.com.br

³ Bacharel em Ciências Militares/Comunicações, pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN/RJ); Especialista em Gestão da Administração Pública, pela Universidade Castelo Branco (UCB/RJ). Graduando em Administração/Gestão Pública, pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS/FW). e-mail: maj.leo@hotmail.com

são fatores geradores da cobiça internacional. Bezerra (1998, p. 50) apresenta evidentes razões para a efetivação desse processo, ao afirmar:

Com o fim da bipolaridade e da guerra fria, as atenções das grandes potências se voltam para a concorrência econômica, para a disputa por novas áreas de influência e de projeção do poder, para a ecologia e a proteção ambiental.

O território amazônico, no entender de Ferreira e Salati (2005), é a maior reserva de biodiversidade do planeta e uma das maiores em recursos naturais. Por vezes é lembrada como uma região onde ainda ocorrem remanescentes de grupos humanos autóctones, com culturas e histórias próprias, anteriores ao descobrimento dessas terras. Fala-se, ainda, de uma Amazônia (brasileira) com 60% de sua população habitando cidades e/ou aglomerações urbanas. Todavia, é importante destacar que essa área compartilhada entre nações é um dos maiores e ricos espaços pouco povoados e um dos ecossistemas mais complexos e vulneráveis da terra.

Biodiversidade, ou diversidade biológica, “*refere-se à variabilidade total de vida na terra, incluindo, também, a variação a outros níveis taxonômicos, a variação genética e a variação em funções ecológicas, tais como aquelas de pólo dispersores de sementes*”. Assim explicado, esse é o referencial que traduz a importância estratégica da Amazônia para o Estado brasileiro. (FEARNSIDE, 2003).

Fisionomicamente, o domínio amazônico associa-se às bacias hidrográficas do Solimões-Amazonas, do Tocantins e parte da bacia do rio Orenoco, estende-se por nove países: Brasil, Colômbia, Peru, Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana Francesa, Suriname e Guiana. Do total da área, mais de 60% encontram-se em território brasileiro e representam mais de 50%, cerca de cinco milhões de km² deste país. No Brasil, ainda dominam climas quentes e úmidos e as florestas tropicais. (FERREIRA E SALATI, 2005).

A Constituição Federal (CF), promulgada em cinco de outubro de 1988, estabelece, em seu Capítulo VI, princípios norteadores da Política Ambiental Brasileira, dentre os quais destaca-se o artigo:

Capítulo VI - Do Meio Ambiente

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder

público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

A Amazônia legal, institucionalizada a partir de Decreto-Lei de 1966, é constituída, atualmente, por oito Estados (Acre, Amazonas, Pará, Roraima, Amapá, Rondônia, Mato Grosso e Tocantins) e parte do estado do Maranhão. O referido Decreto previa, inicialmente, maior celeridade burocrática e desembolso de recursos nos processos de colonização ali desencadeados, já que as premissas geopolíticas vigentes à época diziam respeito às políticas de “integrar para não integrar” e de “abrir estradas é levar o progresso”. Atualmente, a preocupação do Governo Federal com a região é bem mais ampla e abrange outras vertentes: segurança de fronteiras, defesa nacional, meio ambiente, questão indígena, desenvolvimento regional, dentre outras. (FERREIRA e SALATI, 2005).

O Presidente da República, através do Decreto Nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, aprovou a Estratégia Nacional de Defesa que, dentre outras Diretrizes Estratégicas, estabelece:

(...) 10. Priorizar a região amazônica.

A Amazônia representa um dos focos de maior interesse para a defesa. A defesa da Amazônia exige avanço de projeto de desenvolvimento sustentável e passa pelo trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença. O Brasil será vigilante na reafirmação incondicional de sua soberania sobre a Amazônia brasileira. Repudiará, pela prática de atos de desenvolvimento e de defesa, qualquer tentativa de tutela sobre as suas decisões a respeito de preservação, de desenvolvimento e de defesa da Amazônia. Não permitirá que organizações ou indivíduos sirvam de instrumentos para interesses estrangeiros - políticos ou econômicos - que queiram enfraquecer a soberania brasileira. Quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil.

11. Desenvolver, para fortalecer a mobilidade, a capacidade logística, sobretudo na região

amazônica. Daí a importância de se possuir estruturas de transporte e de comando e controle que possam operar em grande variedade de circunstâncias, inclusive sob as condições extraordinárias impostas por um conflito armado. (...)

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo, 1972, é o marco no debate internacional sobre o papel de cada país na preservação dos recursos naturais. A questão ambiental ganhou força com o fim da guerra fria entre os EUA e a União Soviética, passando a ser o centro das atenções internacionais até os dias de hoje. Em razão das pressões internacionais, o Brasil respondeu através de três iniciativas: assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), que foi substituído no final da década de 1990 pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), o Programa Calha Norte (PCN) e o Sistema de Vigilância da Amazônia/ Sistema de Proteção da Amazônia (SIVAM/SIPAM). (MARQUES, 2007).

O TCA foi idealizado pelo governo brasileiro e assinado em três de agosto de 1978, tendo como membros: Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, além do Brasil. O TCA, segundo Pimenta (1982) foi a iniciativa do governo brasileiro e visava atenuar os efeitos das crescentes pressões ecológicas dos países industrializados e possuía um caráter eminentemente político, haja vista que seu principal objetivo foi manter a soberania territorial. Segundo Marques (2007) criava-se a Amazônia para os amazônidas, e teve como consequência a oposição da entrada da Guiana Francesa no TCA. Os seus princípios eram: responsabilidade exclusiva dos países da região sobre o desenvolvimento e a proteção da Amazônia; e soberania nacional no sentido de enfatizar a absoluta prioridade dos esforços internos que visam o desenvolvimento dos territórios. (MARQUES, 2007).

A transformação do TCA em organização internacional iniciou em 1995 e objetivou dar mais operacionalidade ao Tratado que já tinha *status* de Secretaria, passando a ter caráter permanente. Quiroga e Marcovitch (2003) associam-se às ideias de Antiquera (2006) ao falar da assinatura, em 1998, do protocolo de emenda ao Tratado e, em 2002, da criação oficial da OTCA, com sede permanente em Brasília, e que deixava de ser um mecanismo fechado e passava a ter uma postura mais aberta e até convidativa em relação ao resto do mundo. A partir de 2002, pode-se nomear a fase atual de

consciência pan-amazônica, pois se buscou implementar medidas que intensifiquem as integrações regionais, valendo-se das bases já existentes. (MARQUES, 2007).

O PCN foi gestado a partir de estudos do Conselho de Segurança Nacional, 1985, e nasceu sob a exclusiva influência da Doutrina de Segurança Nacional. O seu principal objetivo foi integrar a região norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas ao restante do país. As suas linhas de ação imediatas eram: incremento das relações bilaterais; aumento da presença militar na área; intensificação das campanhas de recuperação dos marcos limítrofes; definição de uma política indigenista apropriada à região; ampliação da infra-estrutura viária; aceleração da produção de energia hidrelétrica; interiorização dos pólos de desenvolvimento econômico; ampliação da oferta de recursos sociais básicos. (COSTA, 1994)

Para Costa (1994) o PCN pode ser entendido como um projeto militar e de política indigenista. Em relação à política interna, o Programa Calha Norte foi uma reação de setores das Forças Armadas às demandas de antropólogos, religiosos e ambientalistas que buscavam a demarcação das terras indígenas. No plano geopolítico, o PCN tinha como objetivo principal estabelecer a presença militar nas regiões de fronteira que apresentavam problemas em potencial: existência de grupos guerrilheiros, disputas territoriais e a possibilidade de revisão de fronteiras do Brasil com a Venezuela e a Guiana, dentre outros.

O SIVAM constitui a infra-estrutura de vigilância e análise do SIPAM, cujo objetivo, além da proteção territorial e patrimonial da Amazônia e da defesa da soberania nacional é integrar as ações dos órgãos governamentais daquela região e potencializar as políticas públicas ali estabelecidas. O SIVAM/ SIPAM abrange a área da Amazônia Legal e sua estrutura inclui o sensoriamento remoto, a vigilância e controle do tráfego aéreo e de superfície, a monitoração ambiental e meteorológica, a exploração e monitoração de comunicações.

Becker (2001), entende a implantação do SIVAM como resposta estratégico-militar brasileira ao processo de militarização que ocorreu na América Central e na região sul-americana do Pacífico. Segundo a autora, após a Guerra Fria verifica-se uma crescente política de transformação dos Andes em base dos Estados Unidos, utilizando a constante instabilidade política dos países da região como contraponto estratégico. Essa

política evidencia-se através da instalação de bases na Costa Rica, no Panamá, em Curaçau, no Equador e da assinatura do Plano Colômbia.

Atento às questões estratégicas e tecnológicas no cenário internacional, Rossi (2003) ensina que o SIVAM aprofunda a dependência tecnológica do país, em relação aos EUA. Desse modo, a instalação dos radares do SIVAM na região fronteiriça da Amazônia brasileira, evidencia a tendência sub-hegemônica do projeto, em outras palavras, contratar uma empresa norte-americana de tecnologia militar para desenvolver o SIVAM, seria o preço pago para o Brasil ser reconhecido como possível parceiro e como potência hegemônica na América do Sul.

Todavia, em que pese a necessária preocupação com o desenvolvimento sustentável e com a integridade daquele território nacional, através da assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) (substituído no final da década de 1990 pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA), o Programa Calha Norte (PCN) e o Sistema de Vigilância da Amazônia/ Sistema de Proteção da Amazônia (SIVAM/ SIPAM), tem ocorrido, invariavelmente, ora a completa ausência do poder público, ora a superposição de atribuições estatais, nos três níveis da Federação – União, Estados e Municípios, desde o controle ambiental até o ordenamento territorial.

A preservação ambiental é responsabilidade de todos, cidadãos, governos, empresas, escolas, organizações civis, órgãos de comunicação, etc. Portanto, as políticas públicas voltadas àquela região tão cara e importante, necessitam estabelecer ações que contemplem a participação de todos os atores sociais em favor do meio ambiente e que utilizem, necessariamente, os recursos da Comunicação Organizacional já existentes e estruturados, visando suprir a carência de presença estatal. Nesse contexto, faz-se necessário instituir, junto às políticas ambientais, políticas de comunicação estratégica, responsáveis pela promoção do diálogo, pela educação, pela conscientização, pela confiança mútua, pela transparência; em fim, pelo exercício pleno da cidadania e do Estado de Direito.

Urge, portanto, a necessidade da utilização sistemática de ações estratégicas que permitam a consecução dos objetivos nacionais, especialmente no que se refere às questões do meio ambiente. Entretanto, o mero estabelecimento de políticas públicas voltadas às questões ambientais e, tampouco, para a manutenção da soberania nacional, não é suficiente para a obtenção do êxito nessa atribuição do Poder Público, haja vista a

sua ausência em várias localidades daquele território. A fim de suprir essa lacuna estatal, surge a possibilidade do emprego de uma eficaz e já existente estrutura que, se utilizada estrategicamente, pode multiplicar o poder do Estado, tornando-o presente em todos os pontos da Amazônia brasileira: as redes de Comunicação Organizacional das Organizações Sociais (OS) presentes naquela região.

A origem do termo comunicação, na visão de Fossatti (2006, p. 45), “vem do latim – *communicare*, significando *tornar comum, compartilhar, trocar, comunhão, busca de entendimento, partilha, compartilhamento*”. Nesse sentido, o autor ensina que a comunicação tanto pode ser pensada como um processo comunicacional, quanto como função do processo administrativo. Drucker (1975, p. 261), um dos maiores pensadores da Administração, colabora com essa funcionalidade ensinada por Fossatti ao afirmar que a comunicação é:

um instrumento que dá suporte à administração, em seu esforço de assegurar o entendimento comum e estabelecer relações internas e externas, necessário à realização da tarefa empresarial de forma coerente com as finalidades empresariais.

Hohlfeldt (2001, p. 63), sendo bastante preciso sobre a questão do intercâmbio de informação e a transmissão de significado, fundamentais nesse processo, estabelece que:

[...] a comunicação ao permitir o intercâmbio de mensagens, concretiza uma série de funções, dentre as quais: informar, construir um consenso de opinião – ou, ao menos, uma sólida maioria – persuadir ou convencer, prevenir acontecimentos, aconselhar quanto a atitudes e ações, constituir identidades, e até mesmo divertir.

A comunicação, na visão de Oliveira e Nader (2007), exerce um papel relevante no tocante às questões ambientais, desde a primária tarefa informativa às complexas atribuições de auxílio à fiscalização e controle da preservação do ambiente natural; igualmente, pode traduzir, informar e conscientizar a população sobre essa relevância. A comunicação é essencial para a sensibilização dos públicos envolvidos no processo gerenciado pelo Estado, haja vista que a educação ambiental e a conscientização para o desenvolvimento sustentável constituem a estrutura para uma nova relação do ser humano com a Natureza.

Em outras palavras, a organização pode desempenhar o seu papel de comprometimento com a sociedade e o meio ambiente, contribuindo diretamente para a mudança de comportamentos, através de ações de comunicação que eduquem seus públicos e a restante da população que esteja ao seu alcance. Além disso, é a oportunidade que o Estado tem para apresentar as suas competências institucionais, a legislação atinente ao tema e a responsabilidade administrativa de cada cidadão ou do ente federado mais próximo. Dessa forma, o Estado, nas três esferas do poder, estará se fazendo presente, já que é uma tarefa bastante difícil contemplar todas as localidades com o número suficiente de servidores capazes de fiscalizar e controlar o território amazônico. Além disso, a mídia pode muito se somar aos esforços das organizações que abrangem aquele extenso território amazônico. Nesse sentido, corrobora Corrado (1994, p. 205) ao afirmar que “O interesse da imprensa pelos assuntos do Estado é considerável [...]”.

Os veículos de comunicação, sem exceção, podem ser o meio auxiliar nessa tarefa de transportar e divulgar as normas e diretrizes emanadas pelo Estado; seriam, na verdade o meio de expressão das competências estatais para com os seus públicos; dependem de um adequado planejamento estratégico que contemple uma profunda análise da situação vigente, os meios disponíveis e os objetivos a serem alcançados. Atualmente, verifica-se que a questão ambiental tem merecido mais destaque na mídia, todavia, o conteúdo dessas matérias ainda é muito superficial e impreciso; isso é consequência do fraco conhecimento e aprofundamento sobre o tema, por parte dos profissionais de comunicação e, evidentemente, por falta da participação estatal. Nessa direção, Giacomini Filho (2004, p. 21), afirma que:

As reportagens sobre o meio ambiente são imprecisas, porque a ciência do meio ambiente é imprecisa – nas suas fontes, nos seus dados, na metodologia científica e nas soluções. E são carregadas de emoção, por causa do efeito que exercem sobre as pessoas.

A mídia nacional passou a dar maior destaque sobre questões ambientais a partir do início da década de 1980; entretanto, segundo Corrado (1994), somente a partir da década de 1990, fruto da realização da Reunião de Cúpula dos países signatários da ECO-92, no Rio de Janeiro, é que houve um crescimento mais acentuado do espaço na mídia dedicado ao tema. A agenda daquele evento enfatizou a necessidade de

implementação do *desenvolvimento sustentável*, fato esse que alavancou sensivelmente o espaço dedicado ao tema. A forte atuação de Organizações Sociais (OS), especialmente de Organizações não Governamentais (ONG), nacionais e estrangeiras, buscando uma maior conscientização sobre a correta utilização dos recursos naturais, enfatizando que são esgotáveis e, sobretudo, em virtude da ocorrência de algumas catástrofes ecológicas causadas pela ação humana ou não.

A ação responsável, comprometida e ética dos veículos de comunicação de massa em todas as áreas que mereçam a sensibilização e o envolvimento da sociedade e, especialmente, naquelas que necessitem suprir as carências de meios do Estado, como é o caso da questão ambiental da região amazônica, é de fundamental importância tanto para a preservação dos ecossistemas naturais quanto para a manutenção da soberania local. Nesse sentido, Almino (1986, p. 90) ensina que “sem que se democratize o acesso aos meios de comunicação, torna-se difícil participar efetivamente no processo de discussão”, essa diretriz a ser alcançada o mais breve possível terá como consequência direta o envolvimento da população como um todo e, principalmente, das áreas que são objeto dessa estratégia de comunicação do Estado. Essa estratégia, segundo Corrado (1994, p. 34), consiste:

no plano da organização para transmitir as notícias para seus públicos. A estratégia define *quem* são esses públicos, *por que* é importante comunicar-se com eles, *quando* e *onde* a comunicação deve acontecer, *quem* é o responsável pelas comunicações, *o que* deve ser dito e *qual* é o vínculo com as metas comerciais. Porém a parte mais importante da estratégia de comunicação é o *ambiente* de comunicações que a administração superior cria. Para ser eficiente, a administração superior precisa liderar o planejamento das comunicações.

Analisando as matérias veiculadas na mídia brasileira, mesmo considerando a sua importância na agenda mundial ainda percebe-se um pouco aprofundamento sobre as questões ambientais. O destaque, segundo Oliveira e Nader (2007) normalmente incide sobre notícias negativas, principalmente de organizações ou indivíduos que causam danos ambientais severos, tendo como enfoque o viés sensacionalista. Igualmente, especula-se que, não raramente, atende a interesses corporativos; além disso, há empresas que se apresentam como parceiras do meio ambiente, entretanto,

essa inserção na agenda midiática não passa de marketing ecológico. Giacomini Filho (2004, p. 21), contemplando essa questão, enfatiza que há falta de coerência no discurso sobre meio ambiente e exemplifica:

De um lado há o discurso de entidades públicas clamando pelo zelo da qualidade do ar e da vida urbana; de outro, integrantes do mesmo governo solicitam que empresas e consumidores incrementem o mercado automobilístico para gerar empregos e renda.

O papel da Comunicação Organizacional, no contexto do desenvolvimento sustentável, em uma análise primária, implica na realização de um completo e eficaz planejamento estratégico da comunicação estatal, voltado aos públicos-alvo e aos objetivos estabelecidos. Nessa direção, Kunsch (2006, p.152) exalta a importância da Comunicação Organizacional, afirmando que “com a evolução e sofisticação da área de comunicação, sobretudo nas grandes empresas, ela foi assumindo um novo status e um caráter estratégico”. Para Kunsch (2006) a Comunicação Organizacional abarca a comunicação administrativa, que ocorre no interior da organização; a comunicação interna, que tem como objetivo primordial viabilizar toda a interação possível entre a organização e seus colaboradores; a comunicação mercadológica, que é responsável pela produção comunicativa dos objetivos mercadológicos e está vinculada diretamente ao marketing de negócios; e a comunicação institucional, responsável pela construção da imagem e da identidade corporativas (fortes e positivas) da organização. (KUNSCH, 2003).

O que se busca, na visão de Kunsch (2006), é a obtenção de uma comunicação excelente através da efetiva participação do executivo de comunicação no processo de gestão estratégica da organização; do planejamento à execução das ações da organização, passando principalmente pela tomada da decisão. Do profissional de comunicação não se espera um mero técnico e coadjuvante, ou expectador; quer-se mais: deve ser um membro cooperador e responsável por todas as decisões estratégicas da organização. (CAMPANELLA; FREITAS, 2010).

A comunicação excelente, destacada e fundamentada por Kunsch (2006), está alicerçada em seus princípios basilares, dando ênfase à visão estratégica e aos atributos pessoais, profissionais e éticos do executivo de comunicação. O planejamento

estratégico da comunicação deve estar sintonizado com a missão, os valores, os objetivos e as metas da organização, ou seja, a cultura da organização deve ser a fonte inspiradora desse planejamento.

A Comunicação Organizacional, segundo Torquato (2002), tem um sentido amplo, envolvendo a comunicação cultural, que comporta os climas internos; a comunicação administrativa, que reúne os papéis, as cartas internas, os memorandos; a comunicação social, que envolve as áreas de jornalismo, relações públicas, publicidade, editoração e marketing; e o sistema de informação, que agrega as informações armazenadas em bancos de dados. Torquato (2002, p. 35), descreve que, “a comunicação organizacional é, portanto, a possibilidade sistêmica, integrada, que reúne as quatro modalidades descritas, cada uma exercendo um conjunto de funções”.

A comunicação nas organizações, públicas ou privadas, não deve limitar-se ao contexto mercadológico, devendo considerar, de acordo com de Kunsch (2006), o aspecto institucional, que objetiva a prestação de contas à sociedade, levando a empresa a tornar pública a sua função social. Nesse sentido, a comunicação institucional pode colaborar com a aplicação das políticas ambientais do Estado, além de dotar a sociedade de instrumentos para se relacionar com o meio ambiente. Para isso, a organização deve se colocar como ser pertencente à sociedade, mantendo apta sua estrutura, alimentando-a com informação, divulgando sua missão, suas políticas e filosofias, colocando-se com transparência e aproximando-se de seus públicos. (OLIVEIRA; NADER, 2007).

Mesmo com o destaque dado à comunicação institucional, na relação do Estado com o meio ambiente, Oliveira e Nader (2007) ensinam que não se pode desconsiderar a importância e a coerência que deve ser mantida com as demais modalidades da Comunicação Organizacional. A comunicação mercadológica, por exemplo, não pode estar dissociada da comunicação institucional, que promove a política de responsabilidade social, incluindo as questões ambientais. Da mesma forma, a comunicação interna tem que procurar promover a conscientização de seus membros em relação ao meio ambiente. Para Kunsch (2006, p. 30):

O fato é que não podemos considerar uma organização somente em seu âmbito interno e de forma estática. É preciso vê-la em relação a um contexto muito mais amplo, numa perspectiva holística. Temos que considerá-la vinculada ao ambiente em que ela

vive, incluindo os aspectos sociais, econômicos, políticos, tecnológicos, ecológicos e culturais, variáveis que interferem enormemente na vida organizacional.

A Comunicação Organizacional caracteriza-se por ser um processo sistemático, estratégico, dinâmico e complexo, cujo espectro contempla fatores dos ambientes interno e externo. Além disso, essa teia de relações torna-se mais complexa ainda, na medida em que se agregam novos elementos: cultura, ética, responsabilidade social, globalização, planejamento estratégico, sustentabilidade, dentre outros. Igualmente, tem-se que considerar a intangibilidade e a subjetividade herdadas do ambiente externo de cada organização. (AREND; BELINAZO, 2007).

Diante dessa visão apresentada por Arend e Belinazo (2007), essa complexidade estrutural pode ser extremamente favorável à aplicabilidade da tese apresentada no presente trabalho acadêmico, que é propor uma forma de atenuar a ausência do Estado brasileiro na totalidade do território amazônico, através das redes da Comunicação Organizacional já existentes, contribuindo diretamente para a sustentabilidade e a preservação ambiental da Amazônia brasileira. Para tanto, faz-se necessário contemplar, detalhadamente, no Planejamento Estratégico do Governo Federal voltado às questões daquele território, os objetivos, as ações e as responsabilidades de cada partícipe do processo.

Na prática, propomos a utilização da estrutura da Comunicação Organizacional das Organizações Sociais já atuantes na região amazônica e que estejam efetiva e legalmente trabalhando em benefício daquela área tão vasta, complexa e carente da presença estatal. As ONG que integram as OS, por exemplo, já estão presentes em todos os cantos da Amazônia e atuam em várias frentes e de inúmeras formas; se complementam e interagem entre si e com a população e o ambiente locais. Destaque-se, também, que a imensa maioria das ONG mantém parcerias com entes públicos e privados, nacionais e estrangeiros, e exercem atividades que seriam privativas ou norteadas pelo Estado: educação, pesquisa, fiscalização, controle, saúde, intercâmbios nacionais e estrangeiros, dentre outras.

A nossa proposta, portanto, foi refere-se o emprego associado e estrategicamente planejado da estrutura de Comunicação Organizacional das OS, no contexto da região amazônica, haja vista a sua importância estratégica para o Brasil,

especialmente considerando a insuficiência de recursos humanos e materiais do Estado necessários à preservação ambiental e para a manutenção de um equilíbrio sustentável. Em outras palavras, seria a multiplicação da presença do Estado naquela região nacional e nas três dimensões do poder estatal (Federal, Estadual e Municipal) e, dessa forma fazendo-se atuante em uma área de tão elevada extensão, relevância e complexidade geopolítica.

REFERÊNCIAS

Obras:

ALMINO, J. O Segredo e a informação: ética e política no espaço público. São Paulo, Brasiliense: 1986.

ANTIQUERA, Daniel de Campos. A Amazônia e a política externa brasileira: análise do Tratado de Cooperação Amazônica e sua transformação em Organização internacional (1978-2002). Dissertação de Mestrado do Programa San Tiago Dantas, UNICAMP, Campinas: 2006.

AREND, S. C.; BELINAZO, D. P. Comunicação organizacional como estratégia de defesa do meio ambiente. *In: Revista FAE*, vol. 10, n. 2, p. 1-15, jul/ dez. Curitiba, FAE: 2007.

BECKER, Bertha. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias Estratégicas*, n. 12, 2001, pp. 135-159.

BEZERRA, M. R. Uma proposta de integração do sistema estratégico de guerra eletrônica com o sistema de vigilância da Amazônia. Monografia (Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME, Rio de Janeiro: 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Congresso Nacional: 2010.

_____. Estratégia Nacional de Defesa. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Brasília. Presidência da República, Casa Civil: 2008.

_____. Programa Calha Norte. Relatório de Situação Final – 2008. Ministério da Defesa.

CAMPANELLA, L. D.; FREITAS, L. M. A gestão do conhecimento como estratégia à prática das relações públicas na gestão pública. *In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. INTERCOM. Feevale, Novo Hamburgo, RS: maio de 2010.

CORRADO, F. M. A força da comunicação. São Paulo, Makron Books: 1994.

COSTA, E. P. L. D. O projeto calha norte: antecedentes políticos. São Paulo, 1994. 190 f. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, São Paulo: 1994.

DRUCKER, P. F. Administração: responsabilidades, tarefas e práticas. São Paulo, Pioneira: 1975.

FEARNSIDE, P. M. A Floresta amazônica nas mudanças globais. Manaus, INPA: 2003.

FERREIRA, A. M.; SALATI, E. Forças de transformação do ecossistema amazônico. In: Revista de Estudos Avançados: Dossiê Amazônia Brasileira II. Volume 19, n. 54, maio – ago. São Paulo, USP: 2005.

FOSSATTI, N. C. Gestão da comunicação na esfera pública municipal. Porto Alegre, Sulina: 2006.

GIACOMINI FILHO, G. Ecopropaganda. São Paulo, Editora Senac: 2004.

HOHLFELDT, A.; MARTINNO, L. C.; FRANÇA, V. (org.). Teorias da comunicação. Petrópolis, Vozes: 2001.

KUNSCH, Margarida. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. São Paulo: Summus: 2006.

MARQUES, Adriana A. Amazônia: pensamento e presença militar. São Paulo. 2007. 232 f. Tese de Doutorado em Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, USP: 2007.

OLIVEIRA, Maria J. C.; NADER, Silvana. Comunicação organizacional e meio ambiente: uma análise sobre a relação entre políticas ambientais e de comunicação. In: I Congresso da Associação Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas. Abrapcorp. ECA/USP, São Paulo, SP: 3 a 5 de maio de 2007.

QUIROGA, A. A. e MARCOVITCH, J. Lineamientos estratégicos para la Organización Del Tratado de Cooperación Amazónica. Brasília, DF, OTCA: 2003.

TORQUATO, G. Tratado de comunicação organizacional e política. São Paulo: Pioneira, 2002.

Sites:

Agência Amazônia: www.agenciaamazonia.com.br (acesso em 12/03/2010)



Comando do Exército: **www.exercito.gov.br** (acesso em 23/04/2010)

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia: **www.inpa.gov.br** (acesso em 23/04/2010)

Ministério da Defesa: **www.defesa.gov.br** (acesso em 12/03/2010)

Ministério do Meio Ambiente: **www.mma.gov.br** (acesso em 4/05/2010)